



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Relatório da administração

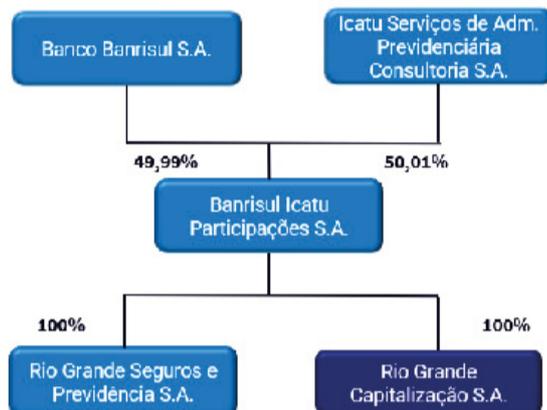
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Companhia é uma controlada integral da Bannisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Bannisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, majoritariamente, através do canal de vendas do Bannisul.

2. Desastre natural de alagamento em municípios do Estado do Rio Grande do Sul
A tragédia que abateu o Estado do Rio Grande do Sul trouxe danos consideráveis à economia, como a redução no turismo e na atividade industrial.

Diante deste cenário, a Companhia deliberou sobre diversas ações com propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem-estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores e acionistas, assim como na preservação de níveis adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa operação.

Dentre as ações, podemos citar as principais flexibilizações adotadas:

Capitalização	Atendimento
<ul style="list-style-type: none"> Priorização dos processos de resgate das regiões afetadas; Flexibilização de regras para resgate; Flexibilização de documentação para resgate por morte. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de canal de atendimento emergencial (priorização usando a opção 0 da URA de atendimento do CRC).

2.1. Medidas de Natureza Prudencial e de Manutenção da Solvência

No que tange à eventual exposição a risco, não temos em nossa carteira de Capitalização produtos que possuem cobertura atrelada aos eventos de catástrofe e danos ao imóvel devido à natureza dos nossos produtos. No entanto, observamos uma redução no volume

de comercialização de produtos de capitalização em comparação com o mesmo período do ano anterior, sendo reflexo direto da desaceleração econômica que afetou o turismo e a indústria no estado. Os impactos causados pelos alagamentos prejudicaram as redes de distribuição e a infraestrutura, influenciando a economia local. Estamos comprometidos com reavaliações estratégicas que guiará a Companhia na manutenção de implementação de medidas eficazes, garantindo a manutenção dos níveis de arrecadação e contribuindo para o caminho de crescimento renovado.

É importante salientar que, preventivamente, a Companhia procedeu com algumas simulações de cenários, cujos indicadores não apontaram impacto no índice de solvência (Patrimônio Líquido Ajustado - PLA em excesso ao Capital Mínimo Requerido - CMR). Em dezembro de 2024, último mês de apuração dos indicadores, observou-se um excesso de solvência de R\$ 75.042 (R\$ 80.012 em 31 de dezembro de 2023), o que representa um índice de solvência de PLA/CMR de 429% (417% em 31 de dezembro de 2023). Considerando que o risco aceito pela Companhia, em nível global, é de 130% (cento e trinta por cento), resta evidenciado, portanto, que o evento não representa preocupação no que diz respeito à manutenção da solvência da Companhia.

Destaca-se ainda, que em dezembro 2024, a Companhia possuía como ativos garantidores mensurados a valor justo, o valor aproximado de R\$ 1.464.282 (R\$ 1.256.551 em 31 de dezembro de 2023), ao passo que a necessidade de cobertura de provisões representava a quantia de aproximadamente R\$ 1.379.759 (R\$ 1.153.603 em 31 de dezembro de 2023), indicando, assim, um excesso de R\$ 88.770 (R\$ 105.109 em 31 de dezembro de 2023). Além disso, cabe mencionar que 99% (noventa e nove por cento) dos ativos garantidores são compostos por títulos soberanos com alta liquidez (NTN-Bs, NTN-Fs e LFTs) e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos de 1 (um) dia.

2.2. Ações de solidariedade da Companhia

A Companhia, além de ações voltadas para colaboradores, clientes, corretores e parceiros da região, doou recursos expressivos, alocou esforços e mobilizou parceiros. A Companhia também sensibilizou suas redes de relacionamento para realizar doações e realizou um dos principais eventos anuais, que reúne os maiores líderes do mercado brasileiro, em Gramado. Com isso, trouxe para o Rio Grande do Sul os recursos necessários para a realização do evento visando fortalecer a economia local e auxiliar a retomada da normalidade. Este é o compromisso da Companhia, 100% brasileira, que busca praticar a empatia com seus colaboradores, clientes, corretores e parceiros.

3. Desempenho nas Operações de Capitalização

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir:

3.1. Operação e patrimônio

Durante o ano de 2024, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 828.844 (R\$ 738.601 no ano de 2023), representando um aumento de 12,22%. O resultado com sorteios foi de R\$ 19.238 (R\$ 19.313 no ano de 2023), 2,32% da receita com títulos de capitalização (2,61% no ano de 2023), e os custos de aquisição foram de R\$ 30.838 (R\$ 30.766 no ano de 2023), representando 3,72% da receita com títulos de capitalização (4,17% no ano de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.518.070 (R\$ 1.282.137 em 31 de dezembro de 2023), representando um aumento de 18,4%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2024, atingiu o montante de R\$ 120.583 (R\$ 113.115 em 31 de dezembro de 2023), representando um aumento de 6,60%.

3.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

No ano de 2024, as despesas administrativas foram de R\$ 87.917 (R\$ 78.666 no ano de 2023).

No ano de 2024, as receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 53.756 (R\$ 43.351 no ano de 2023), representando um crescimento de 24%, principalmente devido a performance superior em 2024 das alocações em contratos futuros de DI utilizados pela Companhia como hedge das posições pré-fixadas.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 88.770, em 2024 (R\$ 105.109, em 31 de dezembro de 2023), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 429% (417% em 31 de dezembro de 2023).

Balancos patrimoniais exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	814.324	513.798	CIRCULANTE	1.396.369	1.167.992
Disponível	909	710	Contas a pagar	14.214	12.069
Caixa e bancos	909	710	Obrigações a pagar	Nota 8	10.004
Equivalente de caixa	Nota 5	4.247	Impostos e encargos sociais a recolher		583
Aplicações	Nota 5	806.341	Impostos e contribuições	Nota 8.1	3.627
Créditos das operações de capitalização		57	Débitos de operações com capitalização	Nota 9	2.387
Créditos das operações de capitalização		57	Débitos de operacionais		2.387
Outros créditos operacionais	Nota 6	2.235	Depósitos de terceiros	Nota 10	9
Títulos e créditos a receber	Nota 7.1	535	Provisões técnicas – capitalização	Nota 11	1.379.759
Créditos tributários e previdenciários		535	Provisão para resgates		1.367.553
NÃO CIRCULANTE	703.746	768.339	Provisão para sorteio		12.189
Realizável a longo prazo		703.648	Provisão administrativa		-
Aplicações	Nota 5	689.153	Provisão de receitas diferidas		17
Títulos e créditos a receber		14.495	NÃO CIRCULANTE		1.118
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2	13.396	Contas a pagar		1.089
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 13.3	1.099	Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 13.2	1.089
Intangível	98	56	Outros débitos	Nota 13.1	29
Outros intangível		98	Provisões judiciais		29
TOTAL DO ATIVO	1.518.070	1.282.137	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	120.583	113.115
			Capital social	Nota 14.1	90.000
			Reservas de lucros	Nota 14.2	49.579
			Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 14.3	(18.996)
			Lucros acumulados		-
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.518.070	1.282.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Capital		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação		Lucros	
	social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto	patrimonial	acumulados	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	90.000	2.094	9.798	10.101	(11.544)	-	100.449	
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	8.381	-	8.381	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.386	49.386	
Destinação do lucro líquido:								
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(23.458)	(23.458)	
Dividendo declarados e pagos – AGOE de 31/03/2023	-	-	-	(10.101)	-	-	(10.101)	
Dividendo declarados e pagos – AGE de 31/08/2023	-	-	(9.798)	-	-	(1.744)	(11.542)	
Constituição reserva legal	-	2.470	-	-	-	(2.470)	-	
Constituição reserva estatutária	-	-	21.714	-	-	(21.714)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	90.000	4.564	21.714	-	(3.163)	-	113.115	
Saldos em 1º de janeiro de 2024	90.000	4.564	21.714	-	(3.163)	-	113.115	
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	(15.833)	-	(15.833)	
Ajuste de mudança de prática contábil	-	-	149	-	-	-	149	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	44.098	44.098	
Destinação do lucro líquido:								
Dividendos declarados e pagos - AGE 23/09/2024	-	-	(20.000)	-	-	(946)	(20.946)	
Constituição da reserva legal	-	2.205	-	-	-	(2.205)	-	
Constituição da reserva estatutária	-	-	40.947	-	-	(40.947)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	90.000	6.769	42.810	-	(18.996)	-	120.583	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2024	2023
Lucro líquido do ano	44.098	49.386
Constituição da reserva legal	(2.205)	(2.470)
Base para a distribuição de dividendos	41.893	46.916
Dividendos pagos e propostos no exercício	20.946	45.101
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	50,00%	96,13%
Destinação à reserva legal	2.205	2.470
Destinação à reserva de lucros	40.947	21.714

Nas demonstrações dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2024 e de 2023, respectivamente.

5. ASG – Ambiental, Social e Governança

A atenção com a sustentabilidade e com o bem-estar social são intrínsecas ao negócio do grupo ao qual a Companhia pertence. Nosso propósito é oferecer tranquilidade financeira para que nossos clientes e suas famílias possam aproveitar todas as fases de sua vida. Nossos produtos conferem estabilidade social e econômica, especialmente em momentos críticos.

Em 2022, com a publicação da Circular SUSEP nº 666, a Jornada ASG na Companhia ganhou força. O primeiro passo foi entender a nossa materialidade e definir os temas prioritários para a Companhia: 1) Governança, ética e conduta profissional; 2) Pessoas – desenvolvimento, proteção dos direitos humanos; 3) Diversidade e inclusão; 4) Responsabilidade social; e 5) Meio ambiente e riscos climáticos.

O entendimento da materialidade foi essencial para publicarmos nossa política de sustentabilidade e para mapearmos os riscos ASG. Em fevereiro de 2024, os riscos de sustentabilidade foram integrados ao Sistema de Controles Internos (SCI) e à Estrutura de Gestão de Riscos (EGR).

Também em 2024, além das ações que já fazem parte dos produtos e da operação e podem ser observadas também pela ótica de ASG, iniciamos ações importantes para a Jornada, como, por exemplo, a conscientização dos públicos internos sobre assuntos ligados à Sustentabilidade, programa Inclusive (inclusão de Pessoas Com Deficiências - PCDs), patrocínio à Organização Não Governamental, entre outros. Além disso, também implementamos procedimentos para análise de fornecedores que solicitam cadastro, demonstrando a preocupação da Companhia com sua cadeia de valor.

Em 2025, lançaremos o primeiro Relatório de Sustentabilidade. Adicionalmente, estão previstas ações que aprofundam o trabalho já realizado em todos os cinco temas materiais definidos pela Companhia, incluindo o aumento da conscientização de todos os públicos de interesse para que nossas escolhas como pessoas, colaboradores, líderes e cidadãos construam um futuro melhor para todos. Estaremos sempre atentos às melhores práticas de governança, à ética, à conformidade com a legislação, bem como as melhores práticas de mercado com vistas ao bem-estar coletivo.

No ano de 2024, a contribuição da Companhia retornou à sociedade R\$ 512.087 em resgates (R\$ 536.054 em 2023), R\$ 19.852 em sorteios (R\$ 18.728 em 2023), R\$ 86.902 (R\$ 76.800 em 2023) pagos por serviços terceirizados, além de R\$ 8.456 (R\$ 8.980 no ano de 2023) em tributos indiretos e R\$ 28.606 (R\$ 32.093 no ano de 2023) em tributos diretos.

5. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para a Companhia e os valores contratuais no ano de 2024, brutos de tributos, totalizam R\$ 204 (R\$ 195 em 2023), referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração limitada, requeridos pelo órgão regulador.

6. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2025.

A Administração.

Demonstrações dos resultados exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com títulos de capitalização*	828.844	738.601
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio*	Nota 18.1	710.713
Contribuição - Quotas de carregamento*	Nota 18.1	118.148
Variação da provisão para receita diferida*	Nota 18.1	(17)
Variação das provisões de resgate*	Nota 18.2	(684.739)
Variação da provisão de sorteios	Nota 18.3	(19.238)
Custo de aquisição	Nota 18.4	(30.838)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 18.5	21.292
Outras receitas operacionais		23.592
Outras despesas operacionais		(2.300)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	115.321	125.774
Despesas administrativas	Nota 18.6	(87.917)
Serviços de terceiros		(86.902)
Localização e funcionamento		(24)
Publicações		(129)
Donativos e contribuições		(839)
Despesas administrativas diversas		(23)
Despesas com tributos	Nota 18.7	(8.456)
Resultado financeiro	Nota 18.8	53.756
Receitas financeiras		131.902
Despesas financeiras		(78.146)
RESULTADO OPERACIONAL	72.704	81.479
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	72.704	81.479
Imposto de renda	Nota 19	(17.594)
Contribuição social	Nota 19	(11.012)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	44.098	49.386
Quantidade de ações		90.000.000
Lucro líquido do exercício por ação - R\$	0,49	0,54

*Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.13.1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	44.098	49.386
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(15.833)	8.381
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	(26.387)	13.967
Efeito dos tributos – IRPJ e CSLL	10.554	(5.586)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	28.265	57.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	44.098	49.386
Ajustes para:		
Variação das provisões técnicas – capitalização	758.084	656.163
Variação de impostos sobre o lucro	28.820	30.963
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(248.423)	(91.230)
Créditos das operações de capitalização	(4)	(19)
Créditos fiscais e previdenciários	(154)	2.324
Ativo fiscal diferido	(232)	(27)
Depósitos judiciais e fiscais	(93)	(85)
Despesas antecipadas	-	179
Outros ativos	(533)	(1.092)
Outras contas a pagar	(432)	3.666
Débitos de operações com capitalização	240	(353)
Depósitos de terceiros	(164)	129
Provisões técnicas – capitalização	(531.927)	(554.782)
Provisões judiciais	5	(3)
Outros passivos	149	-
Caixa gerado pelas operações	49.434	95.219
Imposto sobre o lucro pagos	(27.107)	(33.645)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	22.327	61.574
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(42)	(33)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(42)	(33)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(20.000)	(65.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(20.000)	(65.000)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	2.285	(3.459)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.871	6.330
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.156	2.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia tem como única acionista a Bannisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Bannisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia faz parte de um grupo econômico, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 24 de fevereiro de 2025.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos a valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) (notas 3.4.4 e 5.3);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 3.4.3 e 5.2);
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.9 e 11).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a "valor Justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e bancos e equivalentes de caixa eram de R\$ 5.156 (R\$ 2.871 em 31 de dezembro de 2023) e eram representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou

menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma que a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.2. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.3. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estejam disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.4. Valor justo por meio do resultado (VJR)

São classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.6.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

A Companhia avalia semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.7.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 eram atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização prevista na Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "provisões judiciais"; no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "outras contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização (PMC)

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para distribuição de bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.9.3. Provisão para resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.9.4. Provisão para sorteios a realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão para sorteios a pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão para despesas administrativas (PDA)

A provisão corresponde a diferença entre o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, sendo constituída quando o resultado da diferença for negativo. A PDA foi descontinuada por conta das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024.

3.9.7. Provisão de receitas diferidas (PRD)

A provisão foi definida a partir das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024, e representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização.

3.9.8. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Assessoria S.A., incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária S.A. em 31 de dezembro de 2024, onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu e cobrado mensalmente e o pagamento no mês subsequente. Essa operação reduz linhas do resultado, como por exemplo, Despesa de Pessoal e aumenta a linha de Serviços de Terceiros, onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

3.11. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.

3.12. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, cálculo das provisões técnicas de capitalização, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.13. Adoção de novas normas e interpretações

3.13.1. Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022

Em 10 de outubro de 2022, a SUSEP publicou a Circular nº 678, que alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou o dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. A Circular entrou em vigor em janeiro de 2024.

A Resolução CNSP nº 448, que alterou a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, entrou em vigor para o artigo 2º em 2 de janeiro de 2023 e demais artigos em janeiro de 2024.

Dentre as principais alterações trazidas nas normas temos:

i) Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substituiu o IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

• Classificação e mensuração de ativos financeiros

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e consequentemente sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da Companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além disso, as nomenclaturas das classificações aplicáveis foram alteradas para: mensurados subsequentemente a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado. Em relação aos Instrumentos Financeiros, a Companhia avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança ocorrida está relacionada a classificação dos Instrumentos Financeiros conforme modelo de negócio.

• Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente.

ii) Escrituração contábil das principais operações de capitalização

• Substituição da provisão de despesas administrativas (PDA) pela provisão de receita diferida - PRD

A Resolução CNSP nº 448, substituiu a Provisão de Despesas Administrativas (PDA) pela Provisão de Receita Diferida (PRD), a qual passará a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo no valor de R\$ 149 constante na Despesa Administrativa (PDA), na data-base 31 de dezembro de 2023, foi revertido em contrapartida a conta de lucros acumulados no Patrimônio Líquido.

• Segregação de quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento

A Circular Susep nº 648/22 passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento.

Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

- O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

Ao término da vigência do título de capitalização, não há diferença no resultado da operação entre os modelos. O que diferencia é a distribuição do resultado no decorrer da vigência do título de capitalização, para os casos que ocorrer diferimento de receita de carregamento.

Pelo novo modelo, o carregamento é reconhecido conforme a ocorrência da contraprestação aos titulares dos direitos de resgates e sorteios.

As alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 448/2022 implicaram em mudanças modelo contábil das operações de capitalização. Isso demandou a implementação de um novo plano de contas, além da necessidade de parametrização dos sistemas operacionais para conformidade com os requisitos da norma.



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

3.14. Nova norma ainda não adotada

O normativo a seguir será adotado em períodos posteriores a data destas Demonstrações: **3.14.1. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023**

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal). Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4. Gestão de risco

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da empresa. A estrutura de gestão da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas da Companhia estão organizadas em grupos, de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado a seguir:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados. O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela empresa.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico que a Companhia está inserida, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação às emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1 Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 1.446.778, correspondentes a 96% (R\$ 1.253.068, correspondentes a 98% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de rating (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 53.090 (R\$ 22.594 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

A Companhia realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente. Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento 0,94;

(II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01% na taxa de juros a qual sua remuneração está associada).

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01:

Fatores de Risco	31/12/2024				31/12/2023			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	(23)	1	2.708	157.377	(39)	0,95	4.072	188.733
IPCA	(109)	1	6.668	478.210	(156)	0,95	8.686	489.952

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	909	–	–	909
Equivalente de caixa	4.247	–	–	4.247
Aplicações	226.745	274.990	993.759	1.495.494
Créditos das operações de capitalização	57	–	–	57
Títulos e créditos a receber	535	14.495	–	15.030
Total de ativos	232.493	289.485	993.759	1.515.737
Contas a pagar	14.214	1.089	–	15.303
Provisões técnicas – capitalização	568.812	479.503	331.444	1.379.759
Débitos de operações com capitalização	2.387	–	–	2.387
Depósitos de terceiros	7	2	–	9
Total de passivos	585.420	480.594	331.444	1.397.458

Ativos e passivos	31/12/2023			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	710	–	–	710
Equivalente de caixa	2.161	–	–	2.161
Aplicações	59.817	95.196	1.118.445	1.273.458
Créditos das operações de capitalização	53	–	–	53
Títulos e créditos a receber	381	3.616	–	3.997
Total de ativos	63.122	98.812	1.118.445	1.280.379
Contas a pagar	12.069	1.006	–	13.075
Provisões técnicas – capitalização	424.019	327.146	402.438	1.153.603
Débitos de operações com capitalização	2.147	–	–	2.147
Depósitos de terceiros	173	–	–	173
Total de passivos	438.408	328.152	402.438	1.168.998

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo os riscos legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *compliance* responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 31 de dezembro de 2024, as receitas com títulos de capitalização atingiram um total de R\$ 828.844 (R\$ 738.601 em 31 de dezembro de 2023), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 822.632 representando 99% nesta data (R\$ 731.580 que representava 99% em 31 de dezembro de 2023) e nas demais regiões no montante de R\$ 6.212 representando 1% (R\$ 7.021 representando 1% em em 31 de dezembro de 2023).

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado

e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2024, esse montante era de R\$ 4.247 (R\$ 2.161 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) é de R\$ 493.973 (R\$ 537.605 em 31 de dezembro de 2023). Dessa forma, 31 de dezembro de 2024, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 31.660 e líquidas, de R\$ 18.996 (perdas brutas de tributos de R\$ 5.273 e líquidas de R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2023), apresentado no item seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Categoria		
Custo amortizado	226.840	232.335
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	462.313	532.332
Valor justo por meio do resultado – VJR	810.588	510.952
Total	1.499.741	1.275.619
Circulante	810.588	510.952
Equivalentes de caixa	4.247	2.161
Aplicações financeiras	806.341	508.791
Não circulante	689.153	764.667
Aplicações financeiras	689.153	764.667

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representam 15% da carteira:

	31/12/2024			
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	226.840	195.628
Total			226.840	195.628

	31/12/2023			
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	232.335	215.428
Total			232.335	215.428

5.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representam 31% da carteira:

	31/12/2024			
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,71%		19.132	22.153
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,26%		443.181	471.820
Total			462.313	493.973
Não circulante			462.313	493.973

	31/12/2023			
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,70%		79.514	85.547
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 5,26%		452.818	452.058
Total			532.332	537.605
Não circulante			532.332	537.605

	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em até cinco anos	439.018	507.371
Vencimento acima de cinco anos	23.295	24.961
Total	462.313	532.332

5.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representam 54% da carteira:

	31/12/2024		
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	Valor de curva
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	722.648	722.648
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	34.978	34.978
Operações compromissadas	Selic	48.843	48.843
Outros	–	(128)	(128)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	4.247	4.247
Total		810.588	810.588

	31/12/2023		
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	Valor de curva
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	451.808	451.808
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	36.593	36.593
Operações compromissadas	Selic	20.433	20.433
Outros	–	(43)	(43)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	2.161	2.161
Total		510.952	510.952

	31/12/2024	31/12/202
--	------------	-----------



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

• Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
• Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2024		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	226.840	-	226.840
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	226.840	-	226.840
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	462.313	-	462.313
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	19.132	-	19.132
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	443.181	-	443.181
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	810.716	(128)	810.588
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	722.648	-	722.648
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	34.978	-	34.978
Operações compromissadas	48.843	-	48.843
Outros	-	(128)	(128)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	4.247	-	4.247
Total (I + II + III)	1.499.869	(128)	1.499.741

	31/12/2023		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	232.335	-	232.335
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	232.335	-	232.335
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	532.332	-	532.332
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	532.332	-	532.332
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	510.995	(43)	510.952
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	451.808	-	451.808
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	36.593	-	36.593
Operações compromissadas	20.433	-	20.433
Outros	-	(43)	(43)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	2.161	-	2.161
Total (I + II + III)	1.275.662	(43)	1.275.619

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro. Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "tributos diferidos".

Ativo - não circulante	01/01/2023	Constituição	Realização/reversão	31/12/2023	Constituição	Realização/reversão	31/12/2024
Imposto de renda diferido	5.106	86.195	(89.670)	1.631	90.216	(83.475)	8.372
Ativo - diferenças temporárias	297	96	(80)	313	271	(127)	457
Passivo - ajuste de TVM	4.809	86.099	(89.590)	1.318	89.945	(83.348)	7.915
Contribuição social diferida	3.064	53.406	(55.491)	979	54.128	(50.083)	5.024
Ativo - diferenças temporárias	178	58	(48)	188	161	(74)	275
Passivo - Ajuste de TVM	2.886	53.348	(55.443)	791	53.967	(50.009)	4.749
Total	8.170	139.601	(145.161)	2.610	144.344	(133.558)	13.396

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Diferenças Temporárias - 2024 a 2033		
2024*	213	0,00%
2025	51	7,02%
2026	50	6,81%
2027	55	7,48%
2028 a 2033	576	78,69%
Total	732	100%

(*) 2024 não compõe o total das diferenças temporárias

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de títulos a pagar – Prescrição	995	423
Contingências Cíveis	29	24
Atualização depósito judicial	(284)	(200)
COFINS exigibilidade suspensa	937	865
PIS exigibilidade suspensa	152	141
Total das provisões temporárias	1.829	1.253
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	457	313
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	275	188
Total	732	501

8. Obrigações a pagar

As obrigações a pagar são compostas da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores a pagar	7.545	7.784
Outras obrigações	2.334	1.260
Outras obrigações a pagar	125	149
Total	10.004	9.193

8.1. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	1.654	446
Contribuição social	1.311	789
COFINS	570	584
PIS	92	95
Total	3.627	1.914

9. Débito das operações de capitalização

Registra as obrigações operacionais com vencimentos dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações. Em 31 de dezembro de 2024, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 2.387 (R\$ 2.147 em 31 de dezembro de 2023).

10. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujos

títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

Passivo circulante	31/12/2024	31/12/2023
1 a 30 dias	3	1
31 a 60 dias	2	-
91 a 120 dias	2	-
121 a 180 dias	-	11
181 até 365 dias	1	161
Superior de 365 dias	1	-
Total	9	173

11. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

31/12/2024						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total	Exposição (notional) Objetivo
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	770	57.320	Hedge taxa pré-fixada

31/12/2023						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total	Exposição (notional) Objetivo
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1.410	106.792	Hedge taxa pré-fixada

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante dessa rubrica era de R\$ 2.235 (R\$ 1.702 em 31 de dezembro de 2023). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	454	381
Outros	81	-
Total de créditos fiscais	535	381

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "outras contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis e fiscais. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valor estimado provisionado	Quantidade	Valor estimado provisionado
Provável	3	29	3	24
Possível	7	72	5	50
Total	10	101	8	74

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial:	24	27
Adições	9	67
Atualização monetária	4	4
Baixa	(7)	(56)
Ajuste	(1)	(18)
Saldo final:	29	24

Probabilidade de perda	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valor estimado provisionado	Quantidade	Valor estimado provisionado
Possível	3	400	2	400
Total	3	400	-	400

13.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

No grupo "outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e, depois dessa data, passou a pagar.

	Saldo em 01/01/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	865	72	937
PIS	141	11	152
Total - obrigações fiscais	1.006	83	1.089

	Saldo em 01/01/2023	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS	778	87	865
PIS	127	14	141
Total - obrigações fiscais	905	101	1.006

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		Total
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	
Alargamento da base (a)	146	152	901	937	1.047
Saldo total 31/12/2024	146	152	901	937	1.089

Tese	PIS		COFINS		Total
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	
Alargamento da base (a)	141	141	865	865	1.006
Saldo total 31/12/2023	141	141	865	865	1.006

(a) Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

13.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica "depósitos judiciais e fiscais" é de R\$ 1.099, sendo R\$ 1.089 de depósitos fiscais e atualização monetária (R\$ 1.006 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 10 de depósitos cíveis, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	10	-
Fiscais	1.089	1.006
Total Depósitos Judiciais	1.099	1.006

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.006	914
Atualização monetária	83	92
Saldo final	1.089	1.006

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 ações ordinárias.

14.2. Reservas de Lucros

As reservas de lucros de R\$ 49.579 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 26.278 em 31 de dezembro de 2023), são compostas por:

Em 31 de dezembro de 2024, a reserva legal é de R\$ 6.769 (R\$ 4.564 em 31 de dezembro de 2023), que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

14.2.2. Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas estatutárias são de R\$ 42.810 (R\$ 21.714 em 31 de dezembro de 2023) que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

14.2.3. Dividendos obrigatórios

14.2.3.1 Dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2024	2023
Lucro líquido do ano	44.098	49.386
Constituição da reserva legal	(2.205)	(2.470)
Base para a distribuição de dividendos	41.893	46.916
Dividendos pagos e propostos no exercício	20.946	45.101
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	50,00%	96,13%
Destinação à reserva legal	2.205	2.470
Destinação à reserva de lucros	40.947	21.714



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

14.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de "créditos tributários". O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de uma perda de R\$ 18.996 (perda de R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2023), líquidos dos tributos.

14.4. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Icatu Seguros S.A (Controladora indireta) (a)	-	-	(1.514)	(4.362)	3.421	571	-	-
Icatu Assessoria S.A (Controlada) (c) (*)	-	-	(7.180)	(6.330)	-	-	(86.452)	(76.478)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (a)	-	-	(6.652)	(9.834)	15.701	16.362	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora direta) (b)	-	-	(946)	-	-	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Ligada) (d) (e)	801	583	-	-	-	-	(763)	(1.270)
Total	801	583	(16.292)	(20.526)	19.122	16.933	(87.215)	(77.748)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é relacionada a seguir:
(a) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;

(b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;
(c) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços e Administração Previdenciária S.A.). Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(d) Saldos em conta corrente;

(e) Refere-se a despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação;

(*) Para fins de reestruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024. A operação foi feita a valores contábeis e o acervo líquido da operação é de R\$ 47.798, cujo montante representou um acréscimo patrimonial para a incorporadora.

16. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

31/12/2024				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM018T	15414.900523/2019-81	8,13%	0,5% a.m.	TR
PM007T	15414.900522/2019-37	10,05%	0,5% a.m.	TR
PM008T	15414.614832/2022-37	12,48%	0,5% a.m.	TR
PM016T	15414.612648/2020-91	17,49%	0,5% a.m.	TR
PM910T3	15414.004504/2009-51	8,07%	0,5% a.m.	TR

31/12/2023				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM007T	15414.900522/2019-37	10,05%	0,5% a.m.	TR
PM008T	15414.900523/2019-81	12,48%	0,5% a.m.	TR
PM018T	15414.614832/2022-37	8,13%	0,5% a.m.	TR
PM910T3	15414.004504/2009-51	15,79%	0,5% a.m.	TR
PU012I	15414.900665/2019-49	0,24%	0,16% a.m.	TR

17. Comercialização

O índice de custo de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de comercialização	% Comercialização	
	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de pagamentos mensais (PM)	4,82%	4,59%

Conselho de administração

Presidente

Fernando Guerreiro de Lemos

Conselheiros

Ademar Scharndong; Arthur José de Lemos Júnior; Luciano Soares; Luiz Carlos Caio Tomazeli e Edson Georges Nassar

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira; Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

Atuário

Lígia Guedes de Abreu

CRC-RJ nº 076168/O-7

MIBA nº 1394

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	120.583	113.115
Ajustes contábeis	(10.068)	(56)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(9.970)	-
Ativo intangíveis	(98)	(56)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(12.634)	(7.803)
Ativos financeiros na categoria custo amortizado	(15.620)	(9.883)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	628	-
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	2.358	2.080
Subtotal PLA - nível	97.880	105.256
PLA nível I	91.468	100.566
PLA nível II	2.986	2.080
PLA nível III	3.426	2.610
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	97.880	105.256
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	1.482	829
Capital de risco de subscrição	5.679	5.469
Capital de risco - mercado	17.631	20.472
Capital de risco - redução por correlação	(4.375)	(3.995)
Capital de risco - operacional	2.422	2.469
Capital de Risco (CR) (b)	22.838	25.244
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	22.838	25.244
Patrimônio líquido ajustado	97.880	105.256
(-) Exigência de capital - EC	(22.838)	(25.244)
Suficiência de capital - R\$	75.042	80.012
Suficiência de capital (% da EC)	429%	417%

18. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

18.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio*	710.713	633.319
Títulos emitidos e/ou recebidos*	710.867	633.456
Devolução e cancelamento*	(154)	(137)
Contribuição - Quotas de carregamento*	118.148	105.397
Títulos emitidos e/ou recebidos*	118.329	105.558
Devolução e cancelamento*	(181)	(161)
Variação da provisão para receita diferida*	(17)	(115)
Reversão da Provisão da Receita Diferida*	126	11
Variação da Provisão da Receita Diferida*	(143)	(126)
Total	828.844	738.601

* Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.13.1.

18.2. Variação da provisão de resgate

	31/12/2024	31/12/2023
Constituição da provisão para resgate	(683.885)	(574.652)
Despesas com resgate	(2.263)	(4.019)
Reversão da provisão para resgate	126	201
Variação de provisão para distribuição de bônus	1.283	(3.495)
Variação de provisão despesas administrativas	-	(115)
Total*	(684.739)	(582.080)

* Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.13.1.

18.3. Variação da provisão de sorteios

	31/12/2024	31/12/2023
Reversão da provisão para sorteio	21.374	21.758
Constituição da provisão para sorteio	(22.107)	(21.239)
Despesas com títulos sorteados	(18.505)	(19.832)
Total	(19.238)	(19.313)

* Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.13.1.

18.4. Custo de aquisição

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de corretagem	(30.688)	(30.587)
Despesas de custeamento de vendas	(150)	(179)
Total	(30.838)	(30.766)

18.5. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com resgate de título	8.921	9.364
Receita com prescrição de título	14.665	12.542
Despesas com provisões	(2.300)	(2.574)
Outras despesas	6	-
Total	21.292	19.332

18.6. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros (a)	(86.902)	(76.800)
Localização e funcionamento	(24)	(32)
Donativos e contribuições	(839)	(1.151)
Publicidade e propaganda	(129)	(273)
Despesas administrativas diversas	(23)	(410)
Total	(87.917)	(78.666)

(a) Há R\$ 86.452 em 2024 (R\$ 76.478 em 2023), referente à prestação de serviços da Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária S.A.) para a Companhia, conforme indicado na nota de partes relacionadas (nota 15).

18.7. Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(6.323)	(7.059)
PIS	(1.027)	(1.147)
Taxa de fiscalização	(1.061)	(774)
Outras despesas com tributos	(45)	-
Total	(8.456)	(8.980)

18.8. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Categoria – VJORA	47.048	16.304
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	47.048	16.304
Categoria - custo amortizado	14.469	14.662
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	14.469	14.662
Categoria - VJR	55.754	88.892
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	55.754	88.892
Outras receitas financeiras	14.631	494
Total – Receitas financeiras	131.902	120.341
Categoria – VJR	(9)	(11)
Quotas de fundos de investimentos – exclusivos	(9)	(11)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(77.833)	(76.676)
Outras despesas financeiras	(304)	(303)
Total – Despesas financeiras	(78.146)	(76.990)
Total	53.756	43.351

19. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	72.704	72.704	81.479	81.479
ADIÇÕES	3.024	3.024	2.645	2.645
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	29	29	24	24
Outras provisões	995	995	423	423
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	1.089	1.089	1.006	1.006
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	200	200	108	108
Multas Indedutíveis	-	-	24	24
Doações e Patrocínios Indedutíveis	711	711	1.060	1.060
EXCLUSÕES	(1.736)	(1.736)	(1.494)	(1.494)
Outras provisões	(423)	(423)	(362)	(362)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(1.006)	(1.006)	(905)	(905)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(283)	(283)	(200)	(200)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(24)	(24)	(27)	(27)
Resultado ajustado	73.992	73.992	82.630	82.630
Lucro após as compensações	73.992	73.992	82.630	82.630
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15% + 10%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(17.738)	(11.099)	(19.726)	(12.394)
Reversão da provisão de créditos tributários	144	87	17	10
Despesas com IRPJ/CSLL	(17.594)	(11.012)	(19.709)	(12.384)
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	24%	15%	24%	15%

20. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo econômico o qual a Companhia faz parte, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2024 da Icatu Seguros S.A..

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Capitalização S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam

consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro 24 de fevereiro de 2025.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1



Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Rio Grande Capitalização S.A.** - Porto Alegre – RS

Escopo da Auditoria Atuarial: Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Rio Grande Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a

respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

Daniela Sedel
Atuária MIBA 1721

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Verbo Divino, 1400
04711-904
São Paulo – SP – Brasil



Anexo I - Rio Grande Capitalização (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2024
Total de provisões técnicas auditadas	1.379.759
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2024
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	22.838
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	22.838
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	97.880
Ajustes Econômicos do PLA	(12.634)
Exigência de Capital (CMR) (b)	22.838
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	75.042
Ativos Garantidores (d)	1.468.529
Total a ser Coberto (e)	1.379.759
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	88.770

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC